

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1604921 - PR
(2019/0313203-4)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MARCEL CHERUBIM JUNIOR
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO BIANCHINI CARVALHO -
PR069755
AGRAVADO : VIVALTE INACIO DE MORAES
AGRAVADO : NOEMI ASSUNÇÃO
ADVOGADOS : DANIELA APARECIDA RODRIGUES - PR065231
MESSIAS RODRIGUES - PR002445
HÉLDER GONÇALVES DIAS RODRIGUES -
PR022040
INTERES. : JOAO NALEVAIKO
INTERES. : CLOTILDE FLORIANO NALEWAIKO
INTERES. : JOAO ANTONIO CHERUBIM
INTERES. : ILAIDE RIBEIRO CHERUBIM
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS NETO - PR008218

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a ausência de prequestionamento, que levou ao não conhecimento do agravo anteriormente manejado contra o não seguimento do especial articulado. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula nº 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo

Superior Tribunal de Justiça

Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator